



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação

Departamento de Administração

SARAH APARECIDA GONÇALVES DA SILVA

**GESTÃO AMBIENTAL NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:
aplicação e disseminação da educação ambiental na
Agência de Águas Claras**

Brasília – DF

2011

SARAH APARECIDA GONÇALVES DA SILVA

**GESTÃO AMBIENTAL NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:
aplicação e disseminação da educação ambiental na
Agência de Águas Claras**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração, na modalidade a distância, pela Universidade de Brasília (UnB).

Professor Supervisor: Doutora Selma Lucia de Moura Gonzales.

Professor Tutor: Bacharel em Direito. Mestre em Ciências Políticas pela UnB. Especializada em Educação a Distância pelo CEAD/UnB. Doutora em História pela UnB, Fabrícia Faleiros Pimenta.

Brasília – DF

2011

Silva, Sarah Aparecida Gonçalves da

Gestão Ambiental na Caixa Econômica: aplicação e disseminação da educação ambiental na Agência de Águas Claras / Sarah Aparecida Gonçalves da Silva. – Brasília, 2011.

37 f.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração – EaD, 2011.

Orientador: Profa. Dra. Fabrícia Pimenta, Departamento de Administração.

1. Gestão Ambiental. 2. Ambientalismo Corporativo. 3. Ambientalismo no Setor Público. 4. Gestão Ambiental nas Instituições Financeiras. I. Título

SARAH APARECIDA GONÇALVES DA SILVA

**GESTÃO AMBIENTAL NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:
aplicação e disseminação da educação ambiental na
Agência da Águas Claras**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília da aluna

Sarah Aparecida Gonçalves da Silva

Profa. Doutora Fabrícia Faleiros Pimenta
Professor-Orientador

Profa. Doutora. Selma L. M. Gonzales.
Professor-Examinador

Profa. Mestre Mariana Marlière Létti
Professor-Examinador

Brasília, 11 de junho de 2011.

*A Deus, minha inspiração a todo instante,
e aos meus pais, companheiros e
principais incentivadores.*

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo a apresentação e análise da educação ambiental no cenário das Instituições Financeiras de caráter público, em especial a agência de Águas Claras da Caixa Econômica Federal. A evolução do ambientalismo e suas conseqüências no mundo corporativo e nos setores públicos foram apresentados e como questionamento principal averiguamos a presença e eficiência da disseminação da educação ambiental - objeto central do estudo – com enfoque à Agência de Águas Claras, localizada no Distrito Federal. Após a aplicação de questionário objetivo ao quadro funcional da agência, os dados foram tratados e organizados por bloco de afirmativas. Utilizados gráficos, foi possível a visualização e percepção de forma satisfatória da realidade da educação ambiental nesta instituição. A fotografia da realidade obtida com a análise explicitou deficiências e possibilitou a abertura de canal para a discussão de novos métodos que auxiliem na disseminação da responsabilidade ambiental.

Palavras-chave: Gestão ambiental; Ambientalismo corporativo; Instituição financeira; Setor público; Educação ambiental.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Apresentação do conceito de Gestão Ambiental pela instituição.....	28
Gráfico 2: Preocupação da instituição com a temática ambiental.....	29
Gráfico 3: Desenvolvimento de políticas que explicitam a preocupação ambiental...30	
Gráfico 4: Realização de cursos, palestras e reuniões sobre gestão ambiental.....	31
Gráfico 5: Incentivo institucional às práticas ambientalmente responsáveis.....	31
Gráfico 6: Preocupação institucional na disseminação de informação ambiental.....	32
Gráfico 7: Utilização da instituição de materiais ecologicamente corretos.....	33
Gráfico 8: Incentivo institucional ao uso sustentável dos recursos naturais.....	33
Gráfico 9: Plano de políticas internas ambientais claramente definidas.....	34
Gráfico 10: Abertura dada pela instituição às sugestões dos funcionários.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública

CEF – Caixa Econômica Federal

DF – Distrito Federal

IF – Instituição Financeira

ISO – *International Standard Organization*

PF – Pessoa Física

PJ – Pessoa Jurídica

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Formulação do problema.....	11
1.2	Objetivo Geral.....	11
1.3	Objetivos Específicos	11
1.4	Justificativa	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1	Definições da Gestão Ambiental	13
2.2	Evolução do Ambientalismo Corporativo	16
2.3	Gestão Ambiental e o Setor Público.....	19
2.4	Gestão Ambiental e as Instituições Financeiras.....	21
3	MÉTODOLOGIA DE PESQUISA	24
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa	24
3.2	Caracterização da organização, setor ou área do objeto de estudo.....	26
3.3	Instrumentos de pesquisa.....	26
3.4	Procedimentos de coleta e de análise de dados	27
4	RESULTADO E DISCUSSÃO.....	28
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	36
	REFERÊNCIAL TEÓRICO	38
	APÊNDICES.....	40
	Apêndice A - Questionário	40

1. Introdução

A apresentação da temática da Gestão Ambiental no âmbito do Setor Público, em particular na Caixa Econômica Federal, é o foco deste trabalho, objetivando o conhecimento e compreensão acerca dos papéis e atitudes da organização e do nível de compreensão e comprometimento dos atores que compõem o cenário em questão.

A temática da Gestão Ambiental está inserida no dia a dia da maior parte das organizações, principalmente daquelas que buscam posição competitiva e sustentabilidade ante um mercado cada vez mais dinâmico e exigente. A necessidade de integrar o eixo temático ambiental no quadro de valores, missão, visão e planejamento estratégico das organizações assumiu papel prioritário. Assim, a tratativa do tema assumiu novas proporções, tornando indispensável a discussão dos meios para colocar em prática esse novo posicionamento que a cada instante cresce em importância, força e ganha seguidores conscientes e responsáveis.

Ao definirmos a Gestão Ambiental como o conjunto de políticas, programas e ações relativas ao meio ambiente que convergem para a adequação dos padrões e objetivos organizacionais, iniciamos a discussão sobre a temática (MORENO; POL, 1999 apud POL, 2003).

A valorização do crescimento econômico aliado ao uso consciente dos recursos naturais e à preocupação da preservação destes para possam ser usufruídos pelas gerações futuras é o desafio assumido pelas organizações e reconhecido globalmente. Desde o estabelecimento da série ISO 14000 em prol da qualidade ambiental e do conceito de *ecobusiness*, tratados posteriormente neste trabalho, o crescimento econômico passa a ser conciliado com as necessidades sociais resultando em um desenvolvimento voltado à sustentabilidade e educação ambiental (SANTOS et al. 2006).

As mudanças sofridas pela sociedade quanto à reformatação e criação de paradigmas, ideais e valores, tais como distribuição igualitária de

oportunidades, saúde e segurança no trabalho, respeito e proteção ao consumidor, qualidade de vida, preservação do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, têm exercido pressão às empresas. A integração à identidade, processos e produtos desses novos conceitos de qualidade e valor, resultou em um reflexo direto nas ações administrativas (SANCHES, 2000). A valoração da produção limpa, mensuração dos impactos ambientais resultantes da produção, entre outros fatores, faz parte do quadro de alterações que passaram a integrar a pauta das discussões organizacionais.

Em decorrência das diversas modificações e atualizações sofridas pela sociedade e mercado, o significado atribuído à gestão ambiental passou de uma agenda negativa, geradora de multas e atrasos no desenvolvimento organizacional, para um conceito positivo que de forma gradativa passa a integrar todas as grandes questões estratégicas da sociedade moderna (SOUZA, 2002).

Segundo Souza, a gestão ambiental teve seus aspectos básicos drasticamente modificados segundo algumas pressões sofridas por diversos segmentos:

[...] é atualmente condicionada pela pressão das regulamentações, pela busca de melhor reputação, pela pressão de acionistas, investidores e bancos para que as empresas reduzam seu risco ambiental, pela pressão de consumidores e pela própria concorrência. (SOUZA, 2002, p. 7)

A abordagem da gestão ambiental na administração pública apresenta características diferenciadas em relação ao setor privado. O governo tem o papel de consolidador do desenvolvimento sustentável, aparecendo como agente principal para tal função. A postura adotada pelo setor público necessariamente precisa ser coerente com o seu papel, o que incorpora ao comportamento dessa instituição pública princípios de sustentabilidade e ética socioambiental. (Constituição Federal, 1988, Art. 23, inc. VI; Art. 24, inc. VI e VIII)

Esse conceito é apresentado na Constituição Federal de forma clara quando diz que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Constituição Federal, 1988, Art. 225)

Atrelada a essa nova realidade e à afirmação dos valores ambientais, a apresentação da educação ambiental como parte integrante da vivência da gestão ambiental é fator essencial para a efetividade e sucesso nas ações direcionadas ao tema.

Assim, a educação ambiental “[...] nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado [...]”, trazendo o conceito de coresponsabilidade para a construção de uma cultura ambiental. (SORRENTINO et al. 2005)

Em reconhecimento ao cenário atual e buscando uma maior visibilidade do tema no setor público, propomos neste trabalho a abordagem clara das nuances da Gestão Ambiental, desenvolvendo a cadeia histórica de sua evolução e explicitando sua importância e aplicabilidade não apenas no quadro empresarial privado, mas especialmente no setor público – principal agente regulador das práticas ambientais.

Como foco do estudo, explicitamos a atuação da Caixa Econômica Federal (CEF) enquanto agente público e instituição financeira de caráter social e também econômico, demonstrando a importância de um correto posicionamento frente aos novos desafios ambientais impostos pelo cenário atual e os resultados obtidos pela implantação e disseminação de tais ações, tanto nas relações exteriores à instituição, quanto no ambiente interno – foco da problematização.

A posição da CEF enquanto principal agente de fomento ao desenvolvimento urbano do país nos direciona a um nível particular de análise, que nos traz conjuntamente a postura do Governo Federal e das Instituições Financeiras (IFs), permitindo um estudo que explicita o caráter ambiental de parte dos atores públicos.

1.1 Formulação do Problema de Pesquisa

Para a definição do problema de pesquisa, analisamos vários estudos sobre gestão e educação ambiental e consideramos a crescente necessidade de um eficaz posicionamento dos atores públicos quando focada a temática ambiental.

Destacamos a atuação da Caixa Econômica Federal no ramo estudado, expressando claramente seu papel de gestor ambiental responsável, mas também de disseminador e educador ambiental.

Depois de formulado o problema de pesquisa, apresentamos o questionamento: A Caixa Econômica Federal tem assumido o papel de agente disseminador da cultura da gestão ambiental de forma efetiva e eficiente entre o corpo de atores que compõem o quadro funcional da agência de Águas Claras?

1.2 Objetivo Geral

Com o estudo da Instituição Financeira escolhida pretendemos:

- Analisar o funcionamento da disseminação da educação ambiental no ambiente interno da CEF, especialmente na agência de Águas Claras.

1.3 Objetivos Específicos

Como ferramentas ao alcance do objetivo geral, apresentamos como objetivos específicos:

- Identificar a valorização dada por órgãos públicos à gestão ambiental;
- Conhecer os diversos avanços e ações desenvolvidas nas Instituições Financeiras e na Caixa Econômica Federal;
- Aplicar questionário com afirmativas referentes à gestão e educação ambiental ao quadro de funcionários da agência de Águas Claras;
- Mapear os resultados obtidos na aplicação do questionário com a utilização de gráficos, tornando possível a clara visualização.

1.4 Justificativa

Tendo como finalidade a caracterização do cenário atual em relação à temática ambiental e a avaliação dos passos galgados pelos atores públicos, em especial a Caixa Econômica Federal, rumo a atitudes que traduzem sustentabilidade e responsabilidade, podemos considerar a discussão proposta como enriquecedora.

Ao discutirmos sobre a gestão ambiental em uma instituição de caráter público destacamos a importância do posicionamento responsável ante a responsabilidade de educar e gerar valor para os atores que fazem parte da organização. As atribuições do Estado, definidas na Constituição Federal, desenham de forma clara o papel a ser desenvolvido pelos agentes públicos.

A relevância deste trabalho à instituição é conhecida ao tratarmos da afirmação do papel da organização como educadora e disseminadora de conceitos e valores relacionados à gestão ambiental.

A análise efetuada permitirá a adequação dos métodos de apresentação da responsabilidade ambiental aos funcionários e incentivará a aproximação dos atores que compõem o quadro de funcionários da Agência Águas Claras com a temática abordada.

O conhecimento das áreas tocadas pelo aprendizado proposto e o nivelamento do real alcance do ensino com as estratégias adotadas nos permite visualizar o planejamento da disseminação da educação ambiental e entender em parte como é estabelecida a formação dos valores na temática proposta.

Assim, a pesquisa enriquece a abordagem do tema no cenário das instituições financeiras e da CEF, tornando possível o estudo e posterior aplicação de uma gestão mais efetiva e eficiente, apresentando a responsabilidade ambiental e a necessidade de disseminação dos valores socioambientais. Possibilitará o rearranjo das rotinas e políticas desenvolvidas com o foco na eficiência na comunicação para a real afirmação entre os funcionários do caráter ambientalmente responsável da organização.

2. Fundamentação Teórica

Definições da Gestão Ambiental

Temos em Moreno e Pol uma definição de gestão ambiental como sendo:

[...] aquela que incorpora os valores do desenvolvimento sustentável na organização social e nas metas da empresa e da administração pública. Integra políticas, programas e práticas relativas ao meio ambiente, em um processo contínuo de melhoria da gestão. (MORENO; POL, 1999 apud POL, 2003, p. 236)

Conforme definição apresentada acima e o desenvolvido por Fischer e Shot (1993 apud JABBOUR; SANTOS, 2006, p. 435), a conscientização ambiental envolve profunda discussão dos diversos segmentos da sociedade – governo, empresas, sociedade civil como um todo - e a mudança de paradigmas de forma dinâmica e rápida para seja possível uma reação eficaz e eficiente quanto às ações relacionadas ao meio ambiente e sua preservação.

Com uma abordagem mais detalhada e especificista, Souza traz à realidade ações que resultam da gestão ambiental e aplicação dos Princípios Ceres (antigamente chamados de Princípios Valdez):

[...] proteção da biosfera, uso sustentável de recursos naturais, redução e despejo de resíduos, uso prudente de energia, redução de riscos, comercialização de produtos e serviços seguros, compensação por danos causados, informação ao público e aos empregados sobre acidentes prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, criação de cargos de diretores e administradores ambientais e avaliação e auditoria anual. (SOUZA, 1993, p. 46)

Segundo as colocações apresentadas, podemos inferir a crescente e constante pressão não apenas no âmbito do mercado nacional, consumidores, mas também internacionalmente, onde princípios e códigos internacionais de conduta ambiental empurram o globo para uma mudança drástica e definitiva de postura e desempenho ambiental responsável. (SANCHES, 2000)

As cobranças em prol de mudanças drásticas nas atitudes empresariais já são realidade nas pautas empresariais e lideradas não apenas por uma pequena parcela da sociedade ambientalmente ativa, mas pelo mercado e seus atores.

O que anteriormente era encarado como apenas mais uma norma a ser cumprida para não houvesse a punição pecuniária, tanto pela paralisação das atividades quanto pelo recebimento de multas, passou a ser visualizado sob uma nova ótica (BARATA; KLIGERMAN; MINAYO-GOMEZ, 2007). A ocorrência de diversos acidentes ambientais que resultaram em grandes gastos com indenizações, recuperação dos ambientes danificados, ações para mitigação e/ou controle dos danos e atividades para a recuperação da imagem/credibilidade da organização, serviram como catalisadores a esse processo.

A necessidade de sintetização de um sistema de gestão capaz de auxiliar no gerenciamento de tais ocorrências passou a pertencer ao quadro dos principais objetivos da empresa, representando custos e/ou benefícios, limitações e/ou potencialidades, ameaças e/ou oportunidades (SOUZA, 2002).

Segundo Motta e Rossi (2003 apud JABBOUR; SANTOS, 2006, p. 436), desde os primórdios do surgimento da preocupação ambiental até o patamar de conscientização que hoje é experimentada, passando por todo o processo de disseminação da preservação e educação ambiental, o ser humano absorveu a realidade de que é parte integrante da natureza. Por conseqüência, sofre com a degradação da mesma, perdendo em grande escala recursos naturais e com eles possibilidade de sobrevivência, sustentabilidade e evolução.

A internalização desse novo paradigma resulta no envolvimento massivo e coordenado entre os diversos atores políticos, econômicos e sociais (JABBOUR; SANTOS, 2006).

Em busca do desenvolvimento sustentável aliado ao aumento da lucratividade – *ecobusiness* -, os atores que compõem o cenário empresarial constataram que a preservação do meio ambiente é pauta de grande relevância nas estratégias empresariais e resulta em ganhos econômicos consideráveis (SOUZA, 1993).

A atitude proativa nas articulações organizacionais mostrou-se como tendência para a nova realidade refletida na idealização e efetivação de um elaborado sistema de gestão ambiental. O foco foi alterado e os esforços concentrados no contínuo crescimento da qualidade de vida aliado à lucratividade.

O conceito de *ecobusiness* envolve mudança de postura, de filosofia, e gera a possibilidade de novas oportunidades de crescimento pela conscientização ambiental, produção limpa, cuidado com os impactos ambientais resultantes do processo produtivo e busca pelas certificações ambientais. Atrelado a esse conceito e convergindo em propósitos, a educação ambiental ganha força e é estabelecida como fator necessário à implantação de um eficiente sistema de gestão ambiental.

Apresentada por Sorrentino et al. (2005) como o processo educativo de concretização do conhecimento ambiental à realidade, a educação ambiental visa a integração do coletivo com as questões do meio ambiente e a valoração

da preservação e uso sustentável. Ou seja, a construção de uma cultura ecológica que compreende as várias dimensões da sociedade e mercado, não excluindo nenhuma das partes.

O ideal em destaque é o desenvolvimento sustentável como chave para o sucesso empresarial resultando, conforme citado por Souza (1993), na “[...] adoção de tecnologias ou produtos de menor impacto ambiental [...]” advindas de uma nova forma de gerir as exigências do mercado e instituir diferenciada política de marketing.

Segundo Barata et al. (2007), o comprometimento de todos os envolvidos na produção, distribuição e recebimento dos produtos de determinada empresa, bem como a troca permanente de informações, não somente no setor interno, mas também com o mercado externo, consumidores, parceiros e empresas de um mesmo segmento, destacando o sucesso de estratégias corporativas, se mostra como fator essencial para a elaboração e implantação de um sistema de gestão ambiental capaz de responder de forma eficiente às novas diretrizes e padrões socioeconômicos.

A responsabilidade pela gestão passou de incumbência apenas de detentores de cargos gerenciais e diretores, às mãos de cada funcionário, parceiro e ator envolvido nos processos e rotinas que ocorrem desde a criação de uma organização até o oferecimento de seu produto/serviço.

2.1 Evolução do Ambientalismo Corporativo

Ao traçarmos breve histórico da evolução do ambientalismo no cenário empresarial, encontramos em Hoffman (2000 apud SOUZA, 2002, p. 3) a afirmativa de que historicamente o sistema governamental e os ativistas sociais, predominantemente nas décadas de 70 e 80, foram as principais forças condutoras das práticas ambientais no quadro corporativo. Primeiramente, na década de 70, sendo apresentado como árbitro primário do desempenho ambiental empresarial, o governo atuou de forma massiva como regulador,

restringindo as ações empresariais segundo os danos que estas causariam ao meio ambiente.

Já na década de 80, os ambientalistas surgem como atores de grande visualização e poder de influência – tanto pelo grande número de ativos quanto pelo poder orçamentário advindo da especialização e profissionalização das atividades desenvolvidas -, responsáveis pela pressão social irreduzível às questões estratégicas ambientais organizacionais. A partir da segunda metade da década de 80, o foco empresarial foi redirecionado para utilização da questão ambiental como auxiliar na gestão de resultados, sendo esta um instrumento rico e eficaz de competitividade (SOUZA, 2002).

Diferentemente dos cenários anteriormente apresentados, a década de 90 anunciou o “[...] surgimento de um novo e estratégico paradigma ambiental [...]”, onde “[...] as ações das firmas na área ambiental se tornaram mais pró-ativas e passaram a ser utilizadas como estratégia competitiva [...]” (SOUZA, 2002). O ambientalismo estratégico passou a integrar os interesses econômicos e as questões ambientais das empresas. Segundo Layrargues, o quadro empresarial mudou de postura ao assumir:

[...] uma atitude positiva para com o meio ambiente, mas não compulsoriamente, por causa da rigidez da legislação ambiental, e sim voluntariamente, por vislumbrar oportunidades de negócio, ao agregar a variável ambiental na dimensão empresarial. (LAYRARGUES, 2000)

Assim, a realidade do ambientalismo dentro do universo dos negócios se tornou mais complexa que a postura reativa antes adotada, onde a conformidade com as leis ou a responsabilidade social cedeu campo a uma postura que visualiza respostas reais a interesses existentes dentro dos ambientes mercadológicos, socioeconômicos e políticos das organizações (SOUZA, 2002). A necessidade de conhecimento dos processos que envolvem a aplicação da gestão ambiental passou a ter caráter urgente e fundamental ao bom funcionamento organizacional e ao posicionamento sustentável e competitivo.

Dentre os avanços experimentados na evolução da temática ambiental, visando a harmonização global dos procedimentos de gestão sem haver o

beneficiamento de determinados setores ou países, Barata et al. (2007) nos explicita a criação, em 1994, de grupos de trabalho – *International Standard Organization (ISO)* - para o “[...] desenvolvimento de diretrizes aplicáveis aos diferentes setores produtivos e regiões que possibilitem uma gestão e um produto com ‘qualidade ambiental’.”

Foi dado aceite e publicada, em 1996, a série ISO 14000, destacando as normas ISO 14001 e ISO 14004, onde a primeira especifica os requisitos em nível de gestão para o estabelecimento de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e a obtenção da certificação. Desde a estruturação do foco na política ambiental a ser aplicada até a função controle e reorganização, cada passo está detalhado na norma que frisa a necessidade de contínuo aperfeiçoamento de planejamento e estratégias para o atingimento da ecoeficiência, assegurando:

[...] a todas as partes interessadas (clientes, fornecedores, acionistas, força de trabalho, comunidade, governo e organizações não governamentais, dentre outras) que as práticas gerenciais para a manutenção e melhoria do seu desempenho ambiental se ajustam ao estabelecido na norma, independente do setor e/ou local onde a empresa esteja atuando. [...] transparência e a unidade no fluxo de informações para o público interno e externo das empresas sobre os procedimentos de gestão ambiental aplicado por elas. (BARATA; KLIGERMAN; MINAYO-GOMEZ, 2007)

É interessante ressaltar a mudança de mãos responsáveis pelo controle ambiental com a implantação da série ISO 14000, onde o controle do cumprimento das normas ambientais foi transferido do Estado para a sociedade, passando esta a atuar com mãos invisíveis (lei da oferta e procura) na função anteriormente desempenhada apenas pela administração pública (LAYRARGUES, 2000).

A responsabilidade ambiental do cidadão enquanto agente ativo na sociedade passou a ser inquestionável e a exigir uma postura madura e pautada na sustentabilidade e preservação dos recursos naturais. O entendimento da nova realidade e a reação às novas demandas enquanto atores e cidadãos trouxeram o amadurecimento da consciência ambiental ao cenário atual.

Em resultados apresentados por Barata et al. (2007), são poucas as certificações em empresas brasileiras ao se considerar o montante empresarial ativo no país. Vale destacar o baixíssimo aproveitamento do setor público nessa área, onde apenas duas empresas desse quadro possuem certificação, contrariando o trânsito global em direção ao enquadramento às normas ambientais.

Apesar das profundas alterações no mercado e caráter ambiental das organizações, ainda é possível encontrar empresas que resistem à necessidade de incorporação de padrões ambientalmente responsáveis ao quadro de prioridades e pautas das questões estratégicas.

2.2 Gestão Ambiental e o Setor Público

Com enfoque do eixo ambiental no setor público, percebemos como é importante e necessária uma postura proativa e determinada dos líderes e governantes, pois são estes os atores que se encontram no topo da pirâmide da sociedade, responsáveis pela delimitação e implantação dos instrumentos de comando e controle necessários para a efetivação de uma política ambiental eficiente, tendo ainda em suas mãos, disponível como estratégia, a utilização de instrumentos econômicos para a sinalização do uso responsável dos recursos naturais (GUIMARÃES; DEMAJOROVIC; OLIVEIRA, 1995).

Além da fotografia do presente, as vantagens trazidas a qualquer instituição com a aplicação de práticas ambientalmente responsáveis são experimentadas em várias nuances da organização e trazem a eficácia e eficiência ao cenário (BARATA; KLIGERMAN; MINAYO-GOMEZ, 2007).

Assim, os diversos resultados positivos das ações ecoeficientes não deixam dúvidas quanto as suas aplicações serem fundamentais no setor público – gestor dos recursos do Estado e de toda a sociedade. A gestão baseada na efetividade e eficiência se faz necessária quando tratamos da

otimização de processos e demandas com dimensões macro, como é o caso da administração pública.

Considerando não apenas os dados que nos são apresentados como resultados da aplicação de um sistema de gestão ambiental – reflexos econômicos -, o papel do setor público de regulador direto das políticas ambientais pode ser encarado com maior aceitação pelo mercado e cadeia empresarial, quando este efetivamente transparecer em suas ações a responsabilidade ambiental e atuar como principal agente educador e disseminador da gestão ambiental (POL, 2003).

O reconhecimento de uma gestão ambiental pública eficaz se dá na mensuração das ações e posturas adotadas pelo setor, onde é necessária a adequação das rotinas ao papel de agente regulador e educador.

A máquina do Estado percebeu a necessidade de enquadramento com a concepção de ecoeficiência, inserindo critérios socioambientais nos diversos processos e políticas que permeiam a administração pública – investimentos, compras, licitações e etc (BARATA; KLIGERMAN; MINAYO-GOMEZ, 2007).

A coerência do setor público em relação ao seu papel regulador e fiscalizador se afirma com a mudança comportamental da instituição quanto à sustentabilidade, onde padrões processuais gradativamente são reformulados e se adéquam à ética socioambiental. A promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado passou a ser variável de extrema importância e urgência para ser possível a real mudança de paradigmas não apenas no setor público, como também em todo ambiente empresarial, mercado e sociedade.

Segundo Pol (2003), a administração pública tem três distintos papéis na intervenção e gestão ambiental: como organismo que desempenha determinado comportamento ambiental e por isso possuem um sistema de gestão ambiental particular; como agente regulador das ações ambientais empresariais; como gestor ambiental das questões do Estado - a nível nacional, regional ou local.

Os distintos papéis inerentes ao setor público permitem a reafirmação da necessidade de adoção de postura ambientalmente responsável das instituições que o integram, como também de cada ator envolvido nos processos e rotinas da administração pública.

Barata et al. (2007) nos mostra que a administração pública, em resposta às demandas e exigências trazidas pela sociedade e grupos internacionais, criou em 1999, pelo Ministério do Meio Ambiente, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Tendo como objetivo maior a mudança - mais que necessária - na cultura institucional do setor público, marcado fortemente pela grande burocratização e engessamento dos paradigmas, considerou a necessidade de mitigar o desperdício, diminuir os custos, e gerar qualidade do clima organizacional.

Podemos perceber o reflexo da coerência do Estado com o seu papel regulador, mesmo que ainda em estágio primário, a partir da criação e implantação da A3P, que objetiva a instauração de uma nova cultura institucional responsável por estimular e orientar a inclusão da gestão ambiental nas ações, atividades, projetos e programas desenvolvidos pelo setor público.

2.3 Gestão Ambiental e as Instituições Financeiras

Tratado o caráter do setor público, apresentado como gestor ambiental que tem como premissa a disseminação da educação ambiental, trazemos o enfoque às instituições financeiras (IFs).

Segundo Blanck e Brauner (2009), o sistema financeiro é definido como um dos atores de maior relevância na determinação do desenvolvimento econômico de um país, sofrendo interferência direta da problemática ambiental no desenvolvimento de suas atividades.

De cunho significativo para a tratativa dos ganhos econômicos, a questão ambiental é confirmada também como item a ser discutido no planejamento estratégico, onde é considerado o risco que envolve cada decisão tomada, os ganhos obtidos, o relacionamento das IFs com seus parceiros comerciais e os reflexos desencadeados sobre o ambiente.

Para Tosini (2005), as instituições financeiras foram forçadas, pela evolução do quadro do mercado, a considerar os problemas ambientais como forma de defesa à responsabilização legal por dano ambiental oriundo do lançamento de resíduos tóxicos presentes em bens recebidos como garantia de operações financeiras. Em um segundo momento, após iniciativas significativas na temática ambiental, formuladas leis e acordos, o entendimento acerca da temática evoluiu para um novo patamar de comprometimento, o que promoveu a definitiva fusão da gestão ambiental às questões pertinentes à pauta das IFs.

Dentre os eventos e providências que mudaram o caráter da atuação dos bancos com relação às questões ambientais, destacamos algumas, como a diretiva emitida pela Comissão Européia, em 1989, que estabelece a responsabilização civil por danos causados por resíduos, onde o produtor e também o controlador são punidos, havendo a possibilidade de tal ação atingir aos financiadores (TOSINI, 2005).

Outra iniciativa significativa foi criada em 1992, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), o UNEP-FI, que concretiza a integração das questões ambientais e suas nuances às operações e serviços do setor financeiro e fomenta o real investimento do setor privado em tecnologia e serviços em prol do melhoramento do meio ambiente e suas questões. Conforme Tosini (2005), a meta do programa proposto pelo UNEP era englobar em seu conjunto de adeptos “[...] o mais amplo espectro de instituições financeiras, bancos comerciais e de investimentos, gerenciadores de ativos, bancos de desenvolvimento e agências multilaterais”, promovendo o sucesso do programa principalmente por sua abrangência.

Em 1994 foi estruturado o primeiro debate internacional de bancos comerciais sobre questões do meio ambiente, organizado pelo UNEP, onde a discussão possibilitou o intercâmbio de informações, conhecimento, perspectivas e experiências na área de gerenciamento ambiental. Foram destacadas como principais questões a “necessidade de avaliação de risco ambiental [...]” em todas as transações de empréstimo, o financiamento ambiental e sua aplicabilidade às instituições públicas e privadas e as ações desenvolvidas no interior da organização, desde seu estabelecimento e instalação até o desempenho ambiental (TOSINI, 2005).

O Protocolo Verde, criado em 1995 pelo governo brasileiro, também voltado à atuação das instituições financeiras, estabelece:

[...] a convergência de esforços para o empreendimento de políticas e práticas bancárias que sejam precursoras, multiplicadoras, demonstrativas ou exemplares em termos de responsabilidade socioambiental e que estejam em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa as necessidades das gerações futuras [...]. (PROTOCOLO VERDE, 1995)

Grandes instituições financeiras do Brasil aderiram ao Protocolo Verde e se comprometeram a adotar práticas bancárias direcionadas pela responsabilidade socioambiental. Entre os bancos incluídos no protocolo, a Caixa Econômica Federal firmou seu posicionamento como um dos bancos signatários.

Em 2003 foi lançado o conjunto de regras dos Princípios do Equador, surgidas a partir de reuniões iniciadas pelo *International Finance Corporation* e o banco holandês ABN Amro, que objetivavam a discussão das experiências envolvendo investimentos em projetos de cunho ambiental. As exigências socioambientais estipuladas visam padronizar as variantes ambientais a serem consideradas, no âmbito mundial, na concessão de financiamentos de grandes projetos. A adesão da CEF, em 2009, aos Princípios do Equador, apresentou um novo universo à instituição na área da sustentabilidade – aplicação de política interna, procedimentos e processos para que as grandes concessões

de empréstimos sejam submetidas aos parâmetros de responsabilidade socioambiental. (Relatório de Sustentabilidade, 2009)

Ainda em 2009, segundo o Relatório de Sustentabilidade (2009), ao assinar a “Declaração de Liderança”, a CEF se tornou a primeira instituição do setor financeiro na América a se comprometer com a inserção da proteção e uso sustentável da biodiversidade nas rotinas de produção e gestão. Também aderiu ao *Business and Biodiversity Initiative*, estratégias criadas pelo governo alemão objetivando a aproximação de todo o quadro empresarial das temáticas e metas da Convenção sobre Diversidade Biológica – principal fórum internacional direcionado à definição de marcos legais e políticos acerca da temática.

Dentre as ações adotadas pela CEF, destacamos a criação da Agenda Caixa para Sustentabilidade, implementação da Ação Madeira Legal, criação do Selo Casa Azul, realização do inventário das emissões de gases geradores de efeito estufa e inclusão de critérios socioambientais na construção de novos prédios administrativos e de agências.

Percebemos que a temática ambiental, assim como está diretamente ligada à administração pública, também possui estreitamento com os valores e caráter da CEF. A preocupação em internalizar a responsabilidade socioambiental nos processos e rotinas se torna cada vez mais explícita nas articulações desenhadas pela instituição.

3. Metodologia de Pesquisa

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

No primeiro momento do trabalho desenvolvido utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental. A leitura de vários livros e periódicos especializados, trabalhos acadêmicos, documentos governamentais e

institucionais, possibilitou o aprofundamento no tema abordado e a delimitação do problema de pesquisa.

O estudo da Instituição Financeira foi auxiliado pelo facilitado acesso da graduanda, também funcionária da organização, a um vasto conjunto de informações internas (publicações, periódicos) que abordavam sobre a temática e auxiliaram a visualização do real posicionamento da Caixa Econômica.

A escolha da Agência de Águas Claras como objeto de estudo foi fundamentada na diversidade dos atores que compõem a equipe e no planejamento socioambiental criterioso, observado claramente nos parâmetros ambientalmente responsáveis adotados em sua construção. A utilização de iluminação solar e sistema elétrico econômico configuram como exemplo às medidas tomadas.

Fundada em 30 de dezembro de 2010, a agência teve seu quadro de empregados formado por funcionários vindos de outras agências, todas localizadas no Distrito Federal, mas de diferentes regiões. O fato de os empregados terem sido transportados de agências distintas permitiu a melhor percepção da realidade na área da educação ambiental nas agências no Distrito Federal. Portanto, o risco de efetivação de uma análise pouco substancial e significativa determinada pela amostra escolhida foi dissipado.

O quadro de funcionários é formado por um gerente geral, três gerentes de relacionamento, sendo dois no segmento de pessoa física (PF) e um no de pessoa jurídica (PJ), um tesoureiro, três assistentes de negócios, onde dois também pertencem ao setor de PF e um ao de PJ, três caixas executivos e dois técnicos bancários.

Delimitado o espaço, foi adotado o estudo teórico-empírico e a abordagem quantitativa, quando em um segundo instante elaboramos questionário, modalidade fechado, para a observação e análise do cenário.

A aplicação do questionário a todo o quadro de funcionários da agência permitiu o levantamento de informações que possibilitaram a identificação e

descrição detalhada e aprofundada da realidade organizacional ante o cenário ambiental vigente.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área do objeto de estudo

A Caixa Econômica Federal, organização objeto da pesquisa, por afirmar seu caráter socioambiental e confirmar o papel de principal agente das políticas públicas do governo federal, tornou possível o estudo da cultura de disseminação ambiental institucional.

A cultura de gestão ambiental na instituição, apesar de recente, demonstrou grandes avanços refletidos em projetos e ações pautados na responsabilidade com o meio ambiente.

Escolhida entre as agências do Distrito Federal (DF) por apresentar grande diversidade no quadro funcional e, em seu planejamento e construção, o compromisso da CEF em adotar critérios socioambientais, a Agência Águas Claras possui uma equipe composta por treze atores que vieram de agências distintas.

3.3 Instrumentos de pesquisa

Dentre as técnicas disponíveis para a coleta de dados que respaldem a pesquisa, adotamos a revisão bibliográfica, onde tivemos acesso a livros, periódicos, análise documental, observação.

Ressaltamos ser possível e facilitada a observação por se tratar de pesquisa realizada junto à instituição financeira empregadora da aluna e graduanda do curso.

E como técnica principal à análise, utilizamos a aplicação de questionário, elaborado com dez afirmativas que tratavam da conceituação da

gestão ambiental, a aplicação de princípios de responsabilidade ecológica e a disseminação da educação ambiental.

A escolha de questionário objetivo visou a maior facilidade e rapidez na aplicação e posterior tratamento dos dados devido ao curto espaço de tempo desde a elaboração até a data estabelecida para discussão e análise dos resultados. Também considerou a rotina carregada e com pouco tempo livre dos funcionários que trabalham em agência com atendimento ao público, pois por conter questões fechadas facilita o processo de resposta, agregando rapidez ao processo.

3.4 Procedimentos de coleta e análise de dados

Formado o quadro teórico, afunilamos a pesquisa às instituições financeiras e posteriormente à Caixa Econômica Federal, onde tivemos livre acesso à coleta de dados.

Após a escolha da Agência Águas Claras como objeto de estudo, elaboramos um questionário objetivo direcionado a todo quadro funcional da mesma.

Aplicado o questionário de dez perguntas, objetivamos conhecer e atestar o nível de engajamento de cada ator na questão ambiental, o poder da instituição como educadora e influenciadora na temática abordada, o nível de aceitação quanto às práticas desenvolvidas, a importância dada aos programas e projetos desenvolvidos e a abertura dada às propostas de cada funcionário para o aumento de ecoeficiência da instituição.

Para o esclarecimento ao funcionário sobre o caráter do questionário e a apresentação do trabalho que estava sendo sintetizado, entregamos em conjunto com o questionário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foi solicitado aos funcionários a avaliação de cada uma das dez afirmativas, com a marcação na coluna à direita do quanto o funcionário

concordava ou discordava, preenchendo com o número da escala que melhor traduzia a percepção quanto à realidade.

Recebidos os questionários devidamente respondidos, preparamos o material para a análise e tabulação dos resultados.

4. Resultados e Discussão

Após a análise das informações levantadas sobre gestão ambiental e sua aplicação voltada ao setor público, instituições financeiras e em específico à Caixa Econômica Federal, aplicamos questionário aos funcionários da agência Águas Claras e tratamos as respostas. Verificamos a porcentagem de marcação em cada afirmativa segundo a escala proposta.

A primeira afirmativa, onde é tratada a apresentação do conceito de gestão ambiental pela empresa e a sua disseminação, foi interpretada pelos funcionários conforme o Gráfico 1.

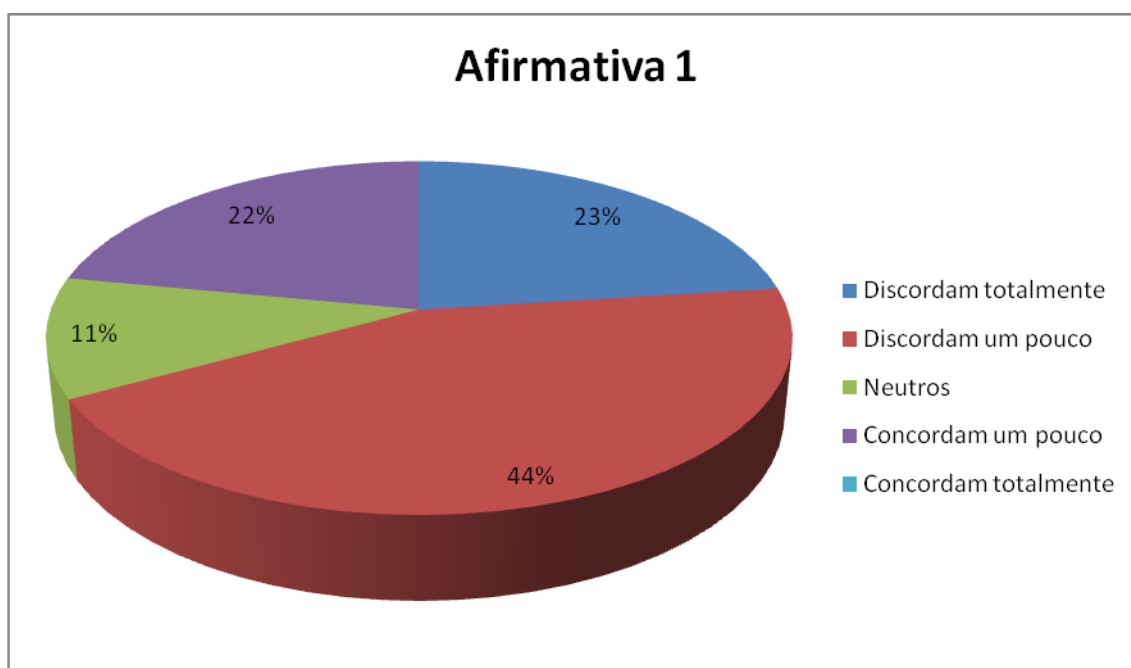


Gráfico 1 - Apresentação do conceito de Gestão Ambiental pela instituição

Tratada a afirmativa sobre a apresentação do conceito de gestão ambiental pela instituição, remetemos a POL (2003) e sua afirmação de que a

aceitação do caráter ambiental de uma organização ocorre proporcionalmente às ações adotadas que refletem a responsabilidade ambiental e à postura de agente educador e disseminador dos assuntos relacionados ao meio ambiente.

Com o resultado apurado do primeiro questionamento, destacamos a necessidade de maior efetividade de posicionamento da organização como educadora ambiental para seja possível a afirmação de seu caráter ambientalmente responsável.

O tratamento do tema da gestão ambiental no cenário institucional é de suma importância para o nivelamento de conhecimento e atingimento da conscientização do quadro funcional.

A segunda afirmativa que trata da preocupação da organização com a temática ambiental apresentou os resultados com inclinação distinta da primeira afirmativa, conforme constatamos no Gráfico 2.

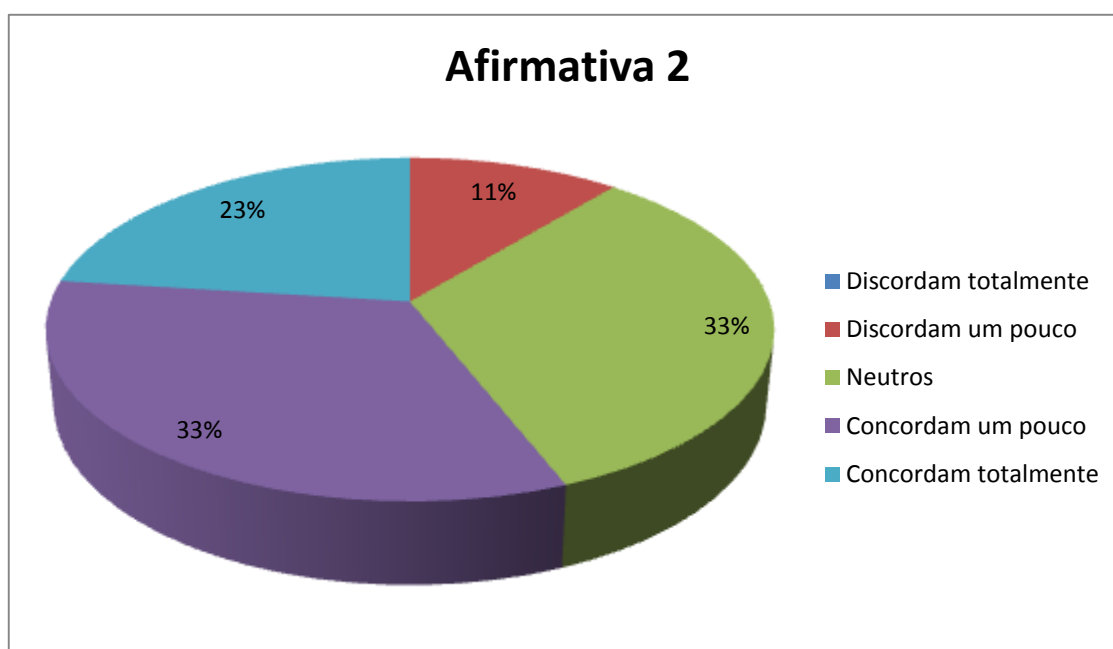


Gráfico 2 – Preocupação da instituição com a temática ambiental

Voltada à aplicação da gestão ambiental, a terceira afirmativa remete ao compromisso da instituição em desenvolver políticas e ações que explicitam a valorização do meio ambiente. Os resultados apresentados podem ser percebidos no Gráfico 3.

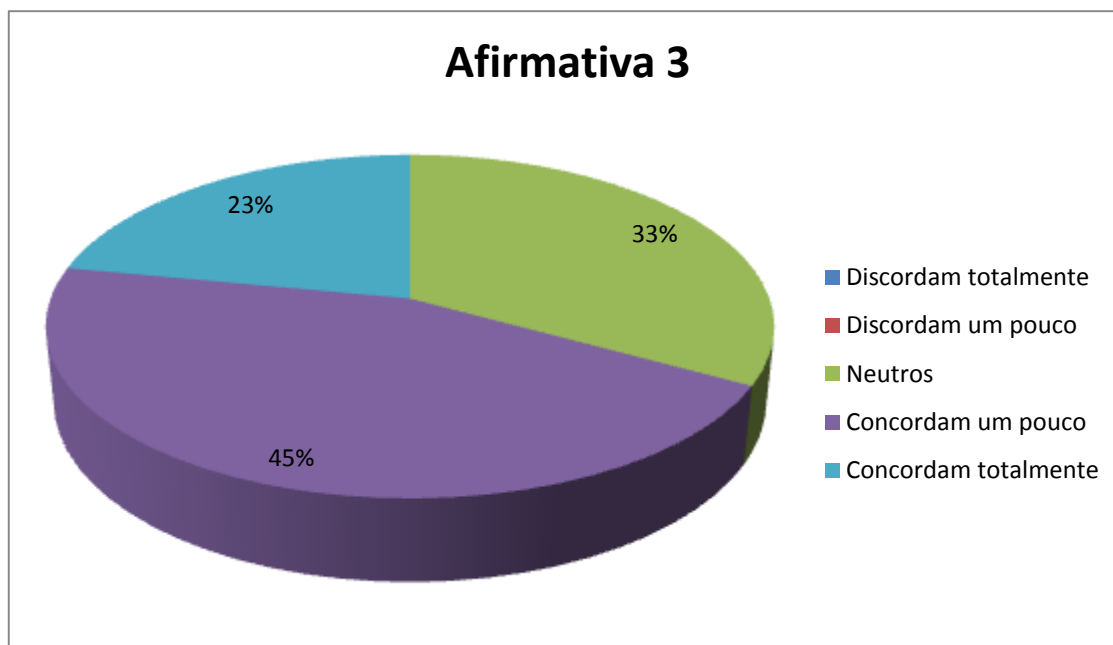


Gráfico 3 – Desenvolvimento de políticas que explicitam a preocupação ambiental

O enfoque no enquadramento dos processos e políticas às demandas ambientais, percebido nas respostas da segunda e terceira afirmativa, reflete a priorização que a organização aplica ao tema. Segundo Barata et al. (2007), a internalização da ecoeficiência ao quadro administrativo é resultado da conscientização da organização quanto à importância dos critérios socioambientais estarem entranhados ao caminhar da empresa.

A quarta afirmativa é direcionada à realização de cursos, palestras e reuniões acerca da gestão ambiental. Trata da atitude clara da empresa como agente ativo no processo de ensino e ambientação dos atores internos à temática da responsabilidade ambiental e sustentabilidade.

Podemos perceber, conforme o Gráfico 4, que a disponibilização aos funcionários desses instrumentos de disseminação da educação ambiental ainda ocorre em pequena proporção.

De acordo com os resultados, as discussões e apresentações oferecidas pela instituição ainda são realizadas de forma tímida, não havendo grande número de funcionários que concorda completamente com a efetividade das ações da empresa nesse âmbito.

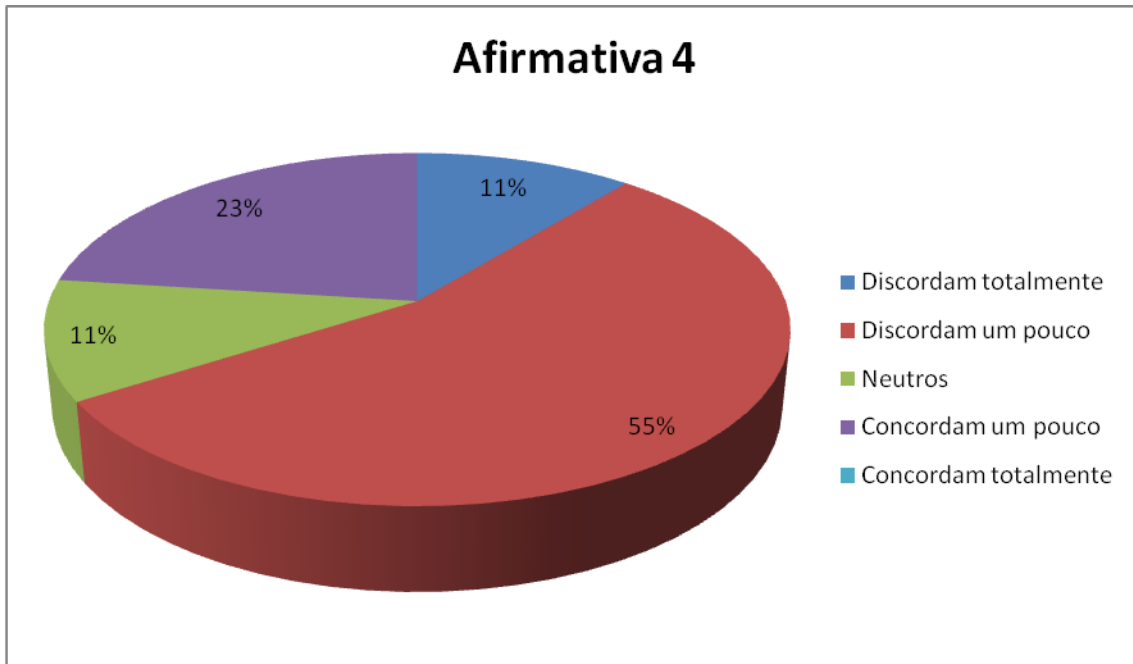


Gráfico 4 – Realização de cursos, palestras e reuniões sobre gestão ambiental

O incentivo dado pela organização à prática ambientalmente responsável no ambiente de trabalho, tratado na quinta afirmativa, foi avaliado pelos funcionários e obtivemos os resultados apresentados no Gráfico 5.

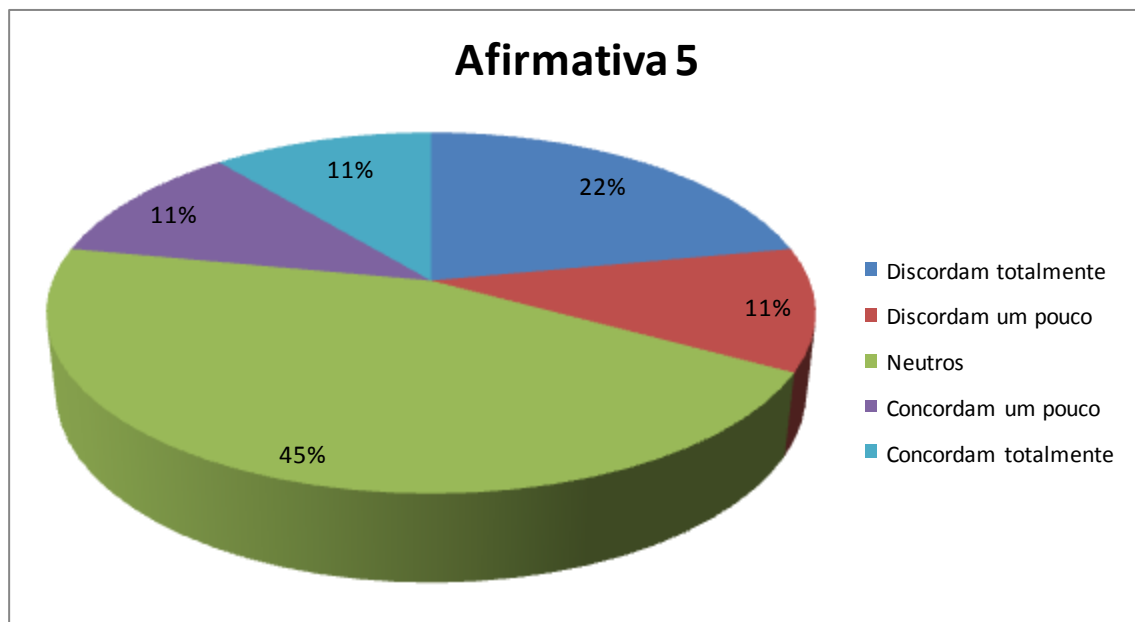


Gráfico 5 – Incentivo institucional às práticas ambientalmente responsáveis

A percepção dos funcionários quanto à existência da preocupação institucional em disseminar informações, tratada na sexta afirmativa, dividiu opiniões. Conforme o Gráfico 6, os funcionários não percebem, de forma homogênea, a presença dessa postura na empresa.

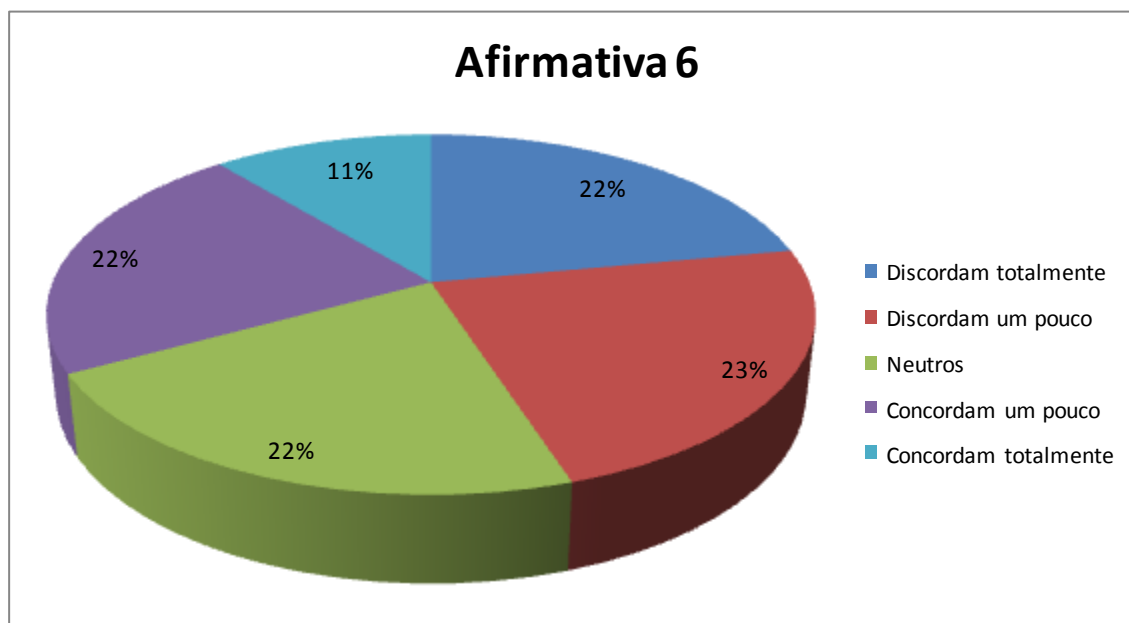


Gráfico 6 – Preocupação institucional na disseminação de informação ambiental

Ao discorrermos sobre a disseminação da educação ambiental de forma efetiva, percebemos o alto nível de funcionários que não alegam haver por parte da organização a real preocupação em discutir o tema com o quadro funcional.

A multiplicação do ensino ambiental depende de uma postura precisa da empresa. No Protocolo Verde (1995) encontramos a afirmação do caráter das instituições financeiras como exemplos a serem seguidos na questão ambiental, responsáveis também pela disseminação dos valores ecologicamente corretos.

Na sétima afirmativa, o caráter ambientalmente responsável da empresa foi questionado, onde tratamos sobre a utilização, por iniciativa da instituição, de materiais ecologicamente corretos.

Quando questionados sobre a existência do emprego de materiais ambientalmente corretos, nenhum dos funcionários concordou completamente de que a empresa adota essa prática. O Gráfico 7 nos apresenta que a maioria dos atores que compõem o quadro funcional concorda um pouco que a instituição faz uso de material ambientalmente correto.

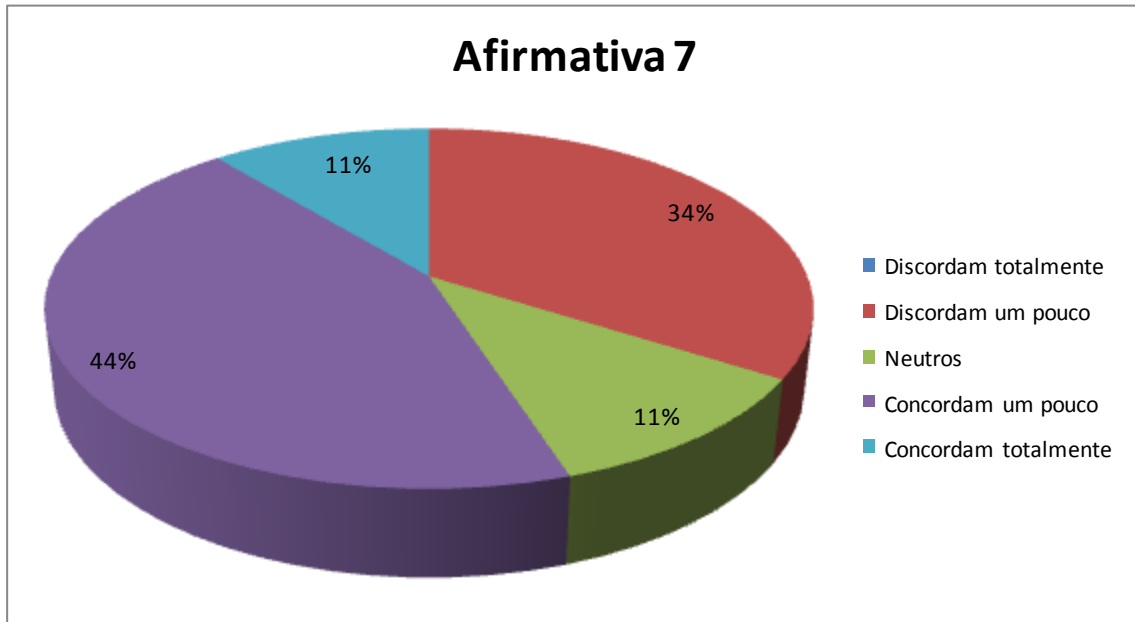


Gráfico 7 – Utilização por parte da instituição de materiais ecologicamente corretos

Além da afirmativa sobre a utilização de materiais ecologicamente corretos, questionamos - oitava afirmativa - se a instituição instiga o uso sustentável dos recursos naturais. O Gráfico 8 nos apresenta os resultados.

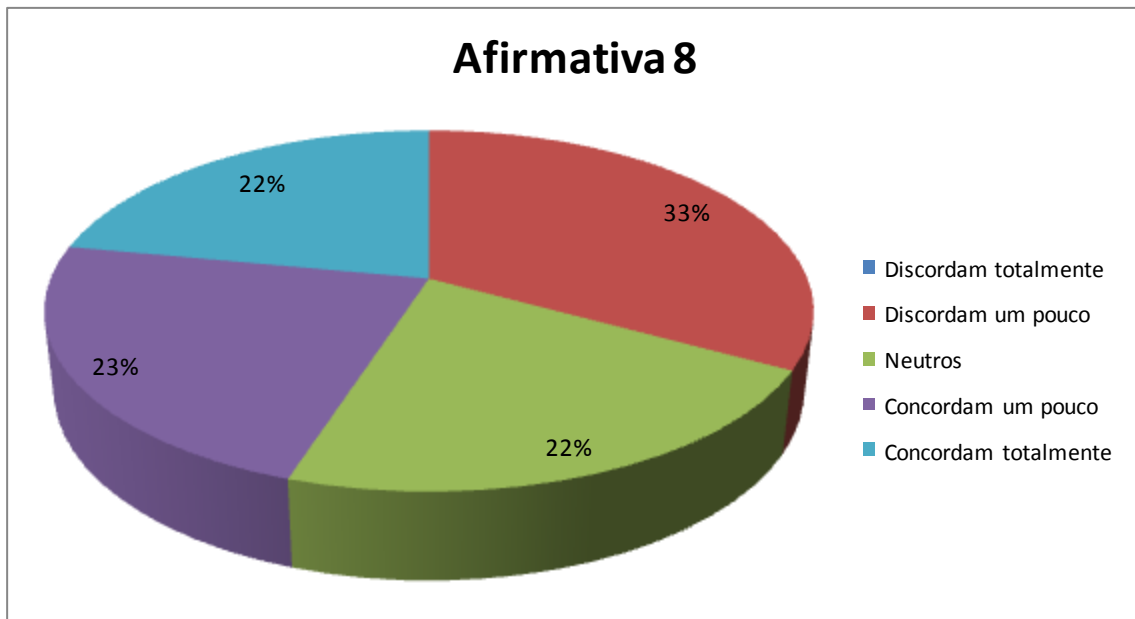


Gráfico 8 – Incentivo recebido da instituição ao uso sustentável dos recursos naturais

A possibilidade de mensuração econômica da utilização/aplicação da gestão ambiental no dia a dia das empresas é citada por Guimarães et al. (1995), onde a prestação de contas do uso responsável dos recursos naturais é destacado. Aparecendo como um dos indícios do real envolvimento das

organizações na causa ambiental, a utilização de materiais ecologicamente corretos e a instigação ao uso sustentável dos recursos naturais fazem parte do quadro de atitudes necessárias à conscientização e disseminação da educação ambiental.

Na penúltima afirmativa, nona, abordamos a existência de um plano de políticas internas claramente definido em se tratando de gestão ambiental e sustentabilidade e, apesar de constatarmos o posicionamento adotado pela CEF quanto essas questões, as opiniões foram de encontro a essa realidade, conforme nos mostra o Gráfico 9.

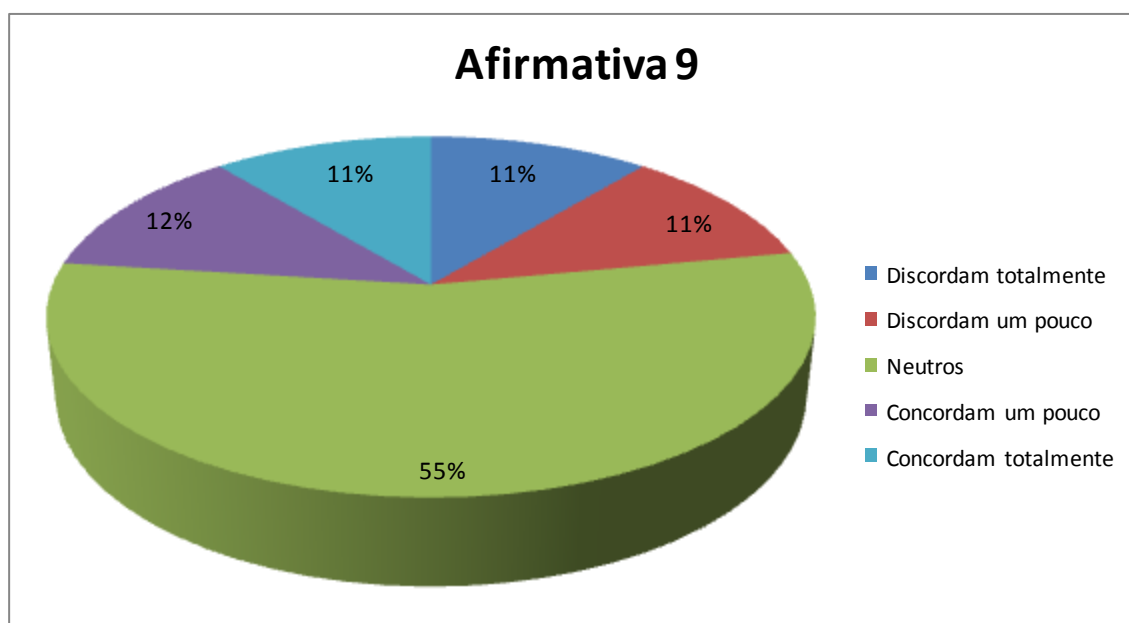


Gráfico 9 – Plano de políticas internas claramente definidas

Podemos delimitar um cenário de pouca convergência quanto às percepções a esta afirmativa. A clareza na definição de um plano de políticas internas, citada na frase, não foi identificada por parte dos funcionários, o que produz uma visão distorcida quanto o real posicionamento da organização.

A última afirmativa traz o questionamento sobre a presença de canal para que as sugestões e/ou reclamações efetuadas pelos funcionários sobre desperdício e mau uso dos recursos disponíveis sejam consideradas na gestão. A maior parte dos funcionários se manteve neutra, não concordando e nem discordando sobre a existência e efetividade de tal canal de comunicação, conforme vemos no Gráfico 10.

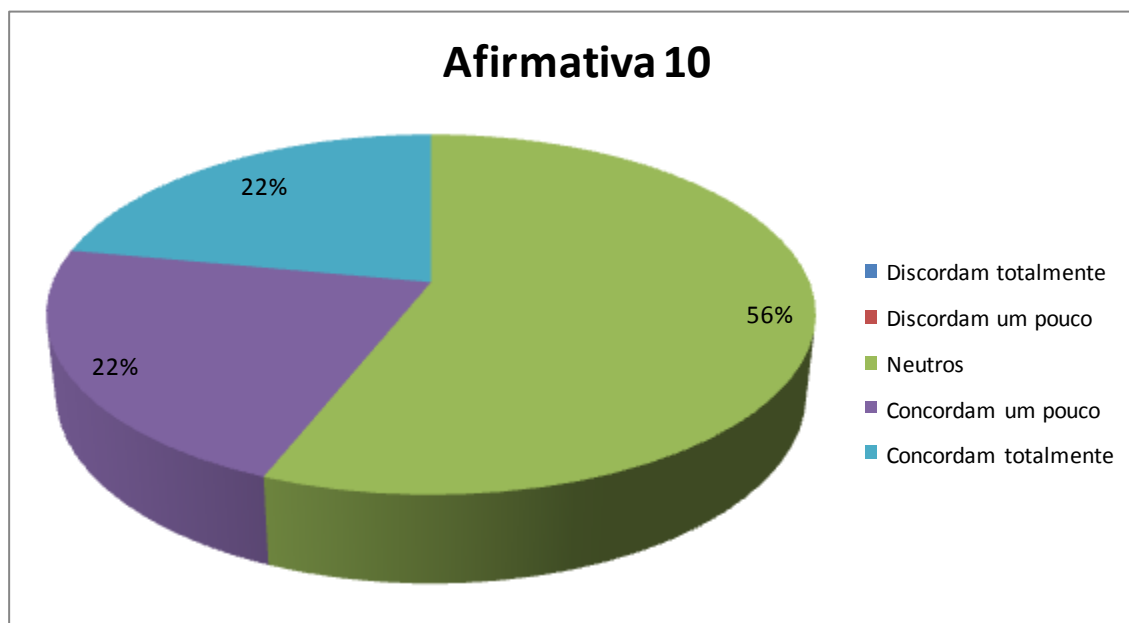


Gráfico 10 – Abertura dada pela instituição às sugestões/reclamações dos funcionários

Ante esse resultado, podemos perceber que os funcionários consideram possuir espaço para a argumentação sobre a utilização dos recursos, ainda que em pequena proporção.

A conversação entre os atores que compõem a instituição é fundamental ao alcance dos objetivos em todas as áreas. A gestão ambiental, apresentada anteriormente como responsabilidade da sociedade em geral, deve ser pauta de discussões entre os diversos setores, escalas e dimensões do mercado, não podendo haver a exclusão de alguma classe ou indivíduo.

Assim, o canal para a comunicação sobre as questões ambientais precisa ser aberto e livre de grandes ruídos, produzindo uma comunicação clara, objetiva e eficaz, capaz de acelerar o processo de disseminação da cultura ambiental e facilitar o acesso à educação ambiental.

Essa conclusão condiz com a abordagem sobre gestão ambiental de Moreno e Pol (1999 apud POL, 2003), onde a maneira de administrar e os valores e princípios adotados passam por um constante processo de aperfeiçoamento, discussão e mensuração dos resultados obtidos com as metas estabelecidas.

5. Conclusões e Recomendações

Nesta monografia trabalhamos o conceito de gestão ambiental e estudamos a evolução do ambientalismo na realidade empresarial, no setor público com enfoque às instituições financeiras e em especial à CEF. A postura ambientalmente responsável e o posicionamento como importante agente impulsionador de práticas que visam à integração da sustentabilidade no desenvolvimento organizacional motivaram a escolha da CEF como empresa alvo do estudo.

Pudemos ter acesso e discutir acerca das percepções dos funcionários sobre o funcionamento da organização no cenário ambiental e atitudes para a disseminação dessa cultura. Visualizamos que mesmo com grandes progressos atingidos pela instituição na área ambiental, onde foi adotada postura firmada na responsabilidade socioambiental, grande parte dos atores integrantes da equipe não acompanhou os avanços e atitudes da mesma.

A disseminação da educação ambiental, mesmo estando presente na pauta das questões estratégicas, não atingiu níveis satisfatórios, havendo grande número de atores que acreditam existir negligência da organização no assunto. A percepção dos funcionários quanto ao trabalho realizado ainda é pequena e distante da realidade, mesmo que acreditem haver a preocupação com a temática ambiental.

A realidade ambiental da CEF ainda caminha ao patamar ideal, necessitando de ajustes importantes para que o conhecimento e entrosamento dos funcionários com a cultura ambiental sejam efetivos. A necessidade de evolução ante o cenário atual é indiscutível e perante a fotografia extraída percebemos o grande caminho a ser galgado.

Com o tratamento das respostas dadas ao questionário, extraímos importante imagem da realidade da disseminação da educação ambiental na CEF. A abordagem da temática no ambiente interno ainda é insuficiente.

Encontramos atores pouco informados e que desconhecem o posicionamento e caráter institucional.

Para que seja alcançada a eficiência, todas as partes da organização precisam ser conscientizadas e levadas ao entendimento de que sustentabilidade e gestão ambiental é responsabilidade de cada um dos atores que compõem a grande rede que forma a empresa. Também é necessário maior engajamento institucional no tratamento e distribuição das informações relativas à gestão ambiental, focando o quadro de funcionários de maneira incisiva e objetiva.

Ante a esse cenário, podemos propor melhorias nos processos de disseminação das informações para que o atingimento do propósito maior – o alcance da educação ambiental a todas as camadas da organização – seja atingido.

Concluindo, afirmamos a importância deste trabalho para a melhor visualização do andamento da aplicação e disseminação ambiental no mundo corporativo, nas instituições financeiras e em especial na Caixa Econômica. Entendemos que grandes avanços foram galgados, mas uma longa jornada para o atingimento do nivelamento da educação ambiental ainda é necessária e precisa ser trilhada.

Referencial Teórico

BARATA, M. M. L.; KLIGERMAN, D. C.; MINAYO-GOMEZ, C. **A Gestão Ambiental no Setor Público: Uma questão de relevância social e econômica.** Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 165-170, jan./mar. 2007.

BLANK, D. M. P.; BRAUNER, M. C. C.. **A responsabilidade civil ambiental das Instituições bancárias pelo risco ambiental produzido por empresas financiadas.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da FURG. Rio Grande do Sul, v.22, p. 261-275, jan./jul. 2009.

DIAS, M. A.; MACHADO, E. L. **Princípios do Equador: Sustentabilidade e impactos na conduta ambiental dos bancos signatários brasileiros.** Disponível em <<http://www.financassustentaveis.com.br/download/ArtigoMarcoAntonio.pdf>>. Acessado em 29 de janeiro de 2011.

GUIMARÃES, P. C. V.; DEMAJOROVIC, J.; OLIVEIRA, R. G. **Estratégias Empresariais e Instrumentos Econômicos de Gestão Ambiental.** RAE - Revista de Atualização de Empresas. São Paulo, v.35, n.5, p. 72-82, set./out. 1995.

JABBOUR, C. J. C.; SANTOS, F. C. A. **Evolução da gestão ambiental na empresa: uma taxonomia integrada à gestão da produção e de recursos humanos.** Revista Gestão & Produção, v.13, n.3, p. 435-448, 2006.

LAYRARGUES, P. P. **Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa – meio ambiente no ecocapitalismo.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.40, n.2, p. 80-88, abr./jun. 2000.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer Pesquisa Qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

POL, E. **A gestão ambiental, novo desafio para a psicologia do desenvolvimento sustentável.** Estudos de Psicologia. Barcelona, 8 (2), p. 235-243, 2003 - Traduzido do original em espanhol por Milene Pereira (revisão de tradução por José Q. Pinheiro).

PROTOCOLO VERDE. Ministério do Meio Ambiente. Governo Federal. 1995. Disponível em <<http://www.amazonia.org.br/arquivos/168395.pdf>>. Acessado em 30 de dezembro de 2010.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE. Caixa Econômica Federal. 2009. Disponível em <http://www1.caixa.gov.br/popup/Generico/450x440_1.asp>. Acessado em 20 de dezembro de 2010.

SANCHES, C. S. **Gestão Ambiental Proativa.** RAE - Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.40, n.1, p. 76-87, jan./mar. 2000.

SANTOS, D. O.; NEVES, C. S.; PIMENTEL, T. D.; CARRIERI, A. P. **Sistema de Gestão Ambiental, sustentabilidade e vantagem competitiva: em busca de uma convergência.** Fortaleza, 2006.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; JÚNIOR, L. **Educação Ambiental como política pública.** Educação e Pesquisa. São Paulo, v.31, n.2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

SOUZA, M. T. S. de. **Rumo à prática empresarial sustentável.** RAE: Revista de Administração de Empresas, v.33, n.4, p. 40-52, 1993.

SOUZA, R. S. **Evolução e Condicionantes da Gestão Ambiental nas Empresas.** REAd - Edição Especial 30, v.8, n.6, nov./dez. 2002.

TOSINI, M. F. C. **Risco ambiental para as instituições financeiras bancárias.** Campinas – UEC. São Paulo, 2005.

Apêndices

Apêndice A – Questionário

Prezado (a) Senhor (a),

Sou graduanda do curso de administração da Universidade Aberta do Brasil pelo pólo Universidade de Brasília e solicito sua participação na pesquisa sobre a disseminação da educação ambiental entre o quadro de atores pertencentes à agência Águas Claras. Os dados coletados serão tratados para análise, mas preservado o caráter anônimo, auxiliando a visualização da realidade quanto ao tema abordado, o que fundamenta a necessidade de sinceridade nas respostas – fator que possibilitará a tabulação de dados coerentes com a realidade.

Atenciosamente,

Sarah Aparecida Gonçalves da Silva

Questionário - Aplicação e disseminação da educação ambiental na agência de Águas Claras.

Você deve avaliar cada uma das 10 afirmativas, marcando na coluna à direita o quanto você concorda ou discorda, preenchendo com o número (conforme tabela abaixo) que melhor traduz sua percepção quanto à realidade.

Ressaltamos a necessidade de resposta a todas as questões.

Escala				
1	2	3	4	5
Discordo totalmente da afirmativa	Discordo um pouco com a afirmativa	Não concordo, nem discordo com a afirmativa	Concordo um pouco com a afirmativa	Concordo totalmente da afirmativa

Afirmativas		Resposta
1	A instituição onde trabalho apresentou-me o conceito/temática da gestão ambiental.	
2	A instituição onde trabalho preocupa-se com a temática ambiental.	
3	A instituição onde trabalho desenvolve políticas e ações que demonstram a preocupação com o meio ambiente.	
4	A instituição onde eu trabalho realiza cursos, palestras, reuniões, sobre gestão ambiental e/ou sustentabilidade.	
5	Sou incentivado pela instituição a desenvolver práticas ambientalmente responsáveis no meu ambiente de trabalho.	
6	A instituição onde trabalho preocupa-se em disseminar informações acerca da temática ambiental.	
7	A instituição onde trabalho utiliza materiais ecologicamente corretos (ex: papel reciclado, iluminação natural – solar -, lâmpadas de baixo consumo, etc.).	
8	A instituição onde trabalho instiga o uso sustentável dos recursos naturais (ex: economia da energia elétrica, água, etc.).	
9	A instituição onde trabalho possui plano de políticas internas claramente definido sobre gestão ambiental e sustentabilidade.	
10	A instituição onde trabalho considera as sugestões/reclamações sobre desperdício e mau uso dos recursos disponíveis.	